

## ÍNDICE DO PRIMEIRO VOLUME

Advertências .....	5
Índice geral .....	7
Abreviaturas .....	27

### I INTRODUÇÃO

#### § 1.º O Direito das sociedades

1. O objeto do Direito das sociedades .....	39
2. Aspetos substanciais .....	40
3. A autonomia do Direito das sociedades e o seu âmbito .....	41
4. Condicionamentos histórico-científicos; pólos .....	42

#### § 2.º Bibliografia

5. Considerações prévias .....	44
6. Bibliografia portuguesa .....	45
7. Bibliografia estrangeira .....	46
8. Comentários, revistas e <i>Internet</i> .....	49

### CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS SOCIEDADES

#### § 3.º Das origens às pré-codificações

9. Generalidades .....	53
10. A <i>societas</i> .....	54
11. O desenvolvimento da personalidade coletiva .....	56
12. As companhias coloniais .....	59

#### § 4.º As codificações oitocentistas

13. O <i>Code Napoléon</i> de 1804 e o <i>Code de Commerce</i> de 1807 .....	64
--	----

14. Outros códigos da primeira geração . . . . .	65
15. O problema da liberdade de constituição. . . . .	69
16. Os códigos comerciais da segunda geração. . . . .	73

#### § 5.º O século XX e a democratização do capital

17. Os dilemas e os modelos; fatores de evolução . . . . .	75
18. As reformas alemãs de 1937 e de 1965; a evolução subsequente . . . . .	76
19. As sociedades por quotas. . . . .	82
20. O Código Civil italiano de 1942 . . . . .	84
21. A experiência francesa; o Código das Sociedades de 1966; evolução subsequente . . . . .	86

#### § 6.º A experiência anglo-americana

22. Aspectos gerais; tipos de sociedades no Direito inglês. . . . .	90
23. O Direito norte-americano. . . . .	91

### CAPÍTULO II – A EXPERIÊNCIA PORTUGUESA

#### § 7.º Ordenações e reformas pombalinas

24. As Ordenações. . . . .	93
25. As companhias coloniais. . . . .	93
26. As reformas pombalinas . . . . .	95

#### § 8.º O Código Ferreira Borges, a Lei de 22-Jun.-1867 e o Código de Seabra

27. O Código Comercial de 1833 . . . . .	102
28. A Lei de 22 de Junho de 1867 (sociedades anónimas) . . . . .	105
29. O Código de Seabra. . . . .	109

#### § 9.º O Código Veiga Beirão e a Lei de 11-Abr.-1901

30. O Código Comercial de 1888 . . . . .	110
31. A Lei de 11-Abr.-1901 (sociedades por quotas) . . . . .	113

#### § 10.º Os séculos XX e XXI

32. Generalidades . . . . .	115
33. A fiscalização. . . . .	115
34. A recodificação e a sua necessidade . . . . .	119
35. A mobilização . . . . .	121

36. A europeização.....	124
37. A receção de elementos anglo-saxónicos .....	124

### **CAPÍTULO III – FONTES INTERNAS DO DIREITO DAS SOCIEDADES**

#### **§ 11.º A preparação do Código das Sociedades Comerciais**

38. Os antecedentes .....	127
39. Dos anteprojetos parcelares ao projeto global.....	128
40. O Código das Sociedades Comerciais.....	130
41. A evolução subsequente.....	132

#### **§ 12.º O Código das Sociedades Comerciais: sistema, fontes e alterações**

42. Sistema; o problema da parte geral .....	133
43. Reflexos internos; conclusão .....	138
44. Fontes doutrinárias e legislativas.....	139
45. Alterações .....	141

#### **§ 13.º Erros e retificações**

46. O problema no Código das Sociedades Comerciais .....	150
47. O regime das retificações até à Lei n.º 3/76, de 10 de setembro .....	151
48. <i>Idem</i> , até à Lei n.º 6/83, de 29 de julho .....	153
49. <i>Idem</i> : a Lei n.º 74/98, de 11 de novembro.....	155
50. Balanço .....	156
51. Aspectos dogmáticos; a essência dos erros .....	157
52. Erros formais e substanciais; erros patentes e não-patentes .....	158
53. Os óbices do regime das retificações.....	159
54. As correções jurídico-científicas .....	159
55. Os “esclarecimentos” do Decreto-Lei n.º 32/2018 .....	160

#### **§ 14.º Diplomas extravagantes e complementares**

56. Diplomas extravagantes.....	161
57. Legislação complementar .....	162

### **CAPÍTULO IV – DIREITO EUROPEU E DIREITO INTERNACIONAL DAS SOCIEDADES**

#### **§ 15.º Direito europeu das sociedades**

58. Dimensões jurídico-privadas .....	165
---------------------------------------	-----

59. As fontes . . . . .	168
60. As diretrizes das sociedades comerciais . . . . .	172
61. Regulamentos e projetos . . . . .	176
62. Jurisprudência . . . . .	178
63. Interpretação e aplicação de diretrizes e de diplomas de transposição . . . . .	179
64. Balanço . . . . .	182

#### § 16.º Direito internacional das sociedades

65. Generalidades; o Direito material . . . . .	186
66. Direito internacional privado; a primazia da sede . . . . .	187
67. Regras especiais; a representação permanente . . . . .	191
68. A liberdade de estabelecimento e o desvio europeu . . . . .	192

### CAPÍTULO V – O DIREITO DAS SOCIEDADES: HOJE

#### § 17.º A grande reforma de 2006 e as reformas subsequentes

69. Aspectos gerais . . . . .	199
70. O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março; outros diplomas . . . . .	200
71. A preparação e os objetivos da reforma. . . . .	203
72. As alterações ao Código das Sociedades Comerciais . . . . .	204
73. Síntese e apreciação. . . . .	209
74. Uma nova fase no Direito das sociedades? . . . . .	210
75. A reforma de 2007 . . . . .	211
76. As reformas de 2009 a 2019 . . . . .	213

#### § 18.º As sociedades na enciclopédia jurídica

77. O Direito civil . . . . .	215
78. O Direito comercial . . . . .	216
79. O Direito dos valores mobiliários . . . . .	216
80. Outras disciplinas. . . . .	217

#### § 19.º As sociedades nos nossos dias

81. A situação no País . . . . .	220
82. O papel do Direito das sociedades. . . . .	222
83. O espaço lusófono . . . . .	223
84. Método e programa . . . . .	223

**PARTE I  
DAS SOCIEDADES EM GERAL**

**CAPÍTULO I – DOGMÁTICA BÁSICA DAS SOCIEDADES**

**SECÇÃO I – GENERALIDADES, ELEMENTOS E PRINCÍPIOS**

**§ 20.º Sentido da dogmática societária**

85. O sistema de fontes .....	227
86. O Direito subsidiário .....	229
87. Substrato obrigacional e substrato organizacional. ....	230
88. Elementos civis e comerciais. ....	231
89. Construtivismo e primazia dos tipos .....	232

**§ 21.º Os princípios gerais das sociedades**

90. Sentido e limites .....	234
91. A autonomia privada e a propriedade .....	235
92. A boa-fé e a tutela da confiança. ....	236
93. A igualdade e a justiça distributiva .....	238
94. Controlo do Direito sobre a economia: concorrência e tutela das minorias ...	240
95. O modo coletivo; autonomia funcional e patrimonial e a limitação da responsabilidade .....	241
96. Publicidade e transparência .....	242
97. Prevenção de conflitos de interesses .....	243

**§ 22.º Os elementos das sociedades**

98. Generalidades; a pluralidade de sócios .....	245
99. Desvio; as sociedades unipessoais. ....	247
100. E sociedades sem sócios? .....	251
101. O património .....	254
102. O objeto .....	255
103. O elemento formal; a tipicidade .....	258

**SECÇÃO II – A DOCTRINA DAS PESSOAS COLETIVAS**

**§ 23.º A personalidade coletiva**

104. As doutrinas clássicas .....	262
105. “Realismo jurídico” e tendências recentes .....	270
106. Posição adotada .....	278

### § 24.º A ordenação das pessoas coletivas

107. Pólos, classificações e tipologias . . . . .	282
108. Pessoas coletivas públicas e privadas; a utilidade pública . . . . .	283
109. Pessoas coletivas associativas e fundacionais . . . . .	288
110. Pessoas coletivas com e sem fins lucrativos; superação . . . . .	289
111. Associações, fundações e sociedades . . . . .	290
112. Pessoas coletivas comuns e especiais . . . . .	291

### § 25.º Figuras afins das pessoas coletivas

113. A personalidade rudimentar e o modo coletivo imperfeito . . . . .	293
114. As personalidades judiciária, económica, laboral e tributária . . . . .	296
115. Associações não reconhecidas, comissões, sociedades rudimentares e sociedades irregulares . . . . .	300
116. Pessoas coletivas em formação e em extinção . . . . .	301
117. A mão-comum e a comunhão . . . . .	303
118. Esferas e patrimónios de afetação . . . . .	305
119. Monismo conceitual? . . . . .	305

## SECÇÃO III – AS SOCIEDADES CIVIS PURAS

### § 26.º Aspetos gerais das sociedades civis

120. Um tipo básico . . . . .	307
121. Sistema geral do Código Civil . . . . .	308
122. Noção e elementos . . . . .	309
123. O contrato, a forma e as suas alterações . . . . .	312
124. O papel das sociedades civis puras . . . . .	315

## SECÇÃO IV – AS SOCIEDADES COMO ORGANIZAÇÃO

### § 27.º A personalidade jurídica das sociedades

125. A importância do tema . . . . .	317
126. O problema nas sociedades civis puras; a discussão . . . . .	317
127. Segue; a posição adotada . . . . .	320
128. A personalidade das sociedades comerciais . . . . .	323

### § 28.º A capacidade de gozo das sociedades

129. O princípio da especialidade; evolução . . . . .	326
130. A sua superação . . . . .	329

131. O problema dos atos gratuitos e das garantias . . . . .	332
132. Prestações assistenciais . . . . .	335
133. As limitações específicas: naturais, legais e estatutárias . . . . .	336
134. O exercício de atividades comerciais por não-sociedades . . . . .	339

**§ 29.º A capacidade de exercício e a responsabilidade  
das sociedades**

135. A “capacidade” de exercício . . . . .	341
136. Os “representantes” das sociedades . . . . .	341
137. A tutela de terceiros . . . . .	343
138. A responsabilidade das pessoas coletivas . . . . .	345

**§ 30.º As figuras afins às sociedades**

139. A delimitação externa das sociedades . . . . .	350
140. Associações, associações públicas e associações sem personalidade . . . . .	350
141. Fundações, empresas públicas e comissões especiais . . . . .	352
142. Contratos de organização (associação em participação, consórcio e outros) . . . . .	354
143. Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico (ACE e AEIE) . . . . .	357
144. Cooperativas . . . . .	359

**SECÇÃO V – AS SOCIEDADES E AS EXIGÊNCIAS  
DOGMÁTICAS DO SISTEMA**

145. Generalidades . . . . .	367
------------------------------	-----

**§ 31.º A desconsideração da personalidade das sociedades**

146. A delimitação interna das sociedades; terminologia e antecedentes . . . . .	368
147. A receção em Portugal . . . . .	374
148. Grupos de casos típicos . . . . .	376
149. As teorias explicativas . . . . .	385
150. A importância prática em Portugal . . . . .	390
151. Posição adotada . . . . .	395

**§ 32.º O princípio da lealdade**

152. Sentido geral e aspetos periféricos . . . . .	399
153. A lealdade no Direito das sociedades . . . . .	402
154. A jurisprudência e o apoio da doutrina . . . . .	403
155. A evolução posterior a 1945 . . . . .	408
156. Campos de aplicação: participações sociais, competências da assembleia	

e deveres dos administradores . . . . .	414
157. Jurisprudência e doutrina portuguesas. . . . .	416

## CAPÍTULO II – O CONTRATO DE SOCIEDADE

### SECÇÃO I – CELEBRAÇÃO, CONTEÚDO E CAPITAL SOCIAL

#### § 33.º Celebração, forma e natureza

158. Celebração; contrato, pacto social e estatutos . . . . .	419
159. As partes; cônjuges e menores. . . . .	421
160. Forma. . . . .	428
161. Natureza. . . . .	429
162. Constituição por negócio não-contratual. . . . .	436
163. Constituição por diploma legal e por decisão judicial. . . . .	437

#### § 34.º O conteúdo

164. Elementos gerais . . . . .	439
165. A interpretação e a integração do contrato . . . . .	441
166. A firma . . . . .	446
167. O objeto; a aquisição de participações. . . . .	452
168. A sede e as formas locais de representação . . . . .	454
169. O capital social . . . . .	455
170. A duração. . . . .	458
171. Vantagens, retribuições e indemnizações . . . . .	459

### SECÇÃO II – SOCIEDADES EM FORMAÇÃO E SOCIEDADES IRREGULARES

#### § 35.º O processo de formação de sociedades

172. Fases necessárias e negócios eventuais . . . . .	460
173. A boa-fé <i>in contrahendo</i> . . . . .	464
174. Situações pré-societárias; a tradição da sociedade irregular . . . . .	466

#### § 36.º As sociedades irregulares por incompletude

175. Ideia geral e modalidades . . . . .	469
176. Sociedade material e sociedade aparente. . . . .	471
177. A pré-sociedade antes do contrato. . . . .	475
178. A pré-sociedade depois do contrato e antes do registo; a) Relações internas. . . . .	478



179. Segue; <i>b</i> ) Relações externas nas sociedades de pessoas . . . . .	479
180. Segue; <i>c</i> ) Relações externas nas sociedades de capitais . . . . .	481
181. A capacidade . . . . .	485
182. A natureza; <i>a</i> ) Algumas doutrinas . . . . .	486
183. Segue; <i>b</i> ) Posição adotada . . . . .	491

#### § 37.º Sociedades irregulares por invalidez

184. A categoria; a Diretriz 2017/1132, de 14 de junho . . . . .	494
185. Os princípios gerais; o <i>favor societatis</i> . . . . .	496
186. Os efeitos da invalidez . . . . .	500
187. Especificidades das sociedades de pessoas . . . . .	504
188. Especificidades das sociedades de capitais . . . . .	506

### SECÇÃO III – O REGISTO E AS PUBLICAÇÕES

#### § 38.º O registo comercial e as reformas de 2006 a 2009

189. Aspetos gerais do registo comercial . . . . .	509
190. A reforma de 2006 . . . . .	511
191. A eliminação da competência territorial das conservatórias . . . . .	512
192. Registos por transcrição e por depósito . . . . .	514
193. O processo do registo . . . . .	515
194. O papel da informática, apresentação por notário e documentos . . . . .	516
195. A impugnação de decisões . . . . .	517
196. O regime transitório . . . . .	518
197. As reformas subsequentes . . . . .	519

#### § 39.º O registo comercial e as sociedades

198. Os princípios . . . . .	521
199. Os efeitos do registo . . . . .	522
200. Atos societários sujeitos a registo . . . . .	523
201. O efeito condicionante de eficácia plena . . . . .	526

#### § 40.º O registo definitivo do contrato de sociedade

202. O regime tradicional e a preparação do Código das Sociedades Comerciais . . . . .	528
203. A eficácia do registo . . . . .	529
204. A natureza do registo . . . . .	531

#### § 41.º Publicações e outras formalidades

205. Publicações obrigatórias . . . . .	533
---	-----

206. Outras formalidades. . . . .	535
-----------------------------------	-----

**§ 42.º A constituição imediata de sociedades comerciais**

207. Generalidades; o papel da informática . . . . .	537
208. A constituição imediata em conservatória. . . . .	538
209. A constituição imediata <i>online</i> . . . . .	542
210. Empresas virtuais; a digitalização societária . . . . .	545

**CAPÍTULO III – A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS SÓCIOS**

**SECÇÃO I – CONTEÚDO GERAL**

**§ 43.º A qualidade de sócio como um estado**

211. Aspetos gerais; titularidade e participação . . . . .	547
212. Enumeração legal de direitos e deveres. . . . .	549
213. Fontes; a lógica da apropriação privada . . . . .	550
214. Os direitos especiais . . . . .	551
215. O recurso à técnica do estado . . . . .	556

**§ 44.º Classificações dos direitos e dos deveres dos sócios**

216. Direitos abstratos e direitos concretos . . . . .	558
217. Direitos patrimoniais, participativos e pessoais. . . . .	560
218. Deveres; situações absolutas . . . . .	562

**SECÇÃO II – ENTRADAS, LUCROS E PERDAS  
E DEFESA DO CAPITAL**

**§ 45.º A obrigação de entrada**

219. Categorias básicas; Direito europeu . . . . .	564
220. Regime geral das entradas . . . . .	565
221. Entradas em espécie. . . . .	568
222. Direitos dos credores . . . . .	569

**§ 46.º A participação nos lucros e nas perdas; pactos leoninos**

223. Princípio geral . . . . .	570
224. A proibição histórica dos pactos leoninos . . . . .	571
225. O Direito português . . . . .	576

**§ 47.º Constituição financeira e defesa do capital**

226. Constituição financeira; capitais próprios . . . . .	580
227. A distribuição de bens aos sócios . . . . .	584
228. Lucros e reservas não distribuíveis . . . . .	586
229. A manutenção das reservas legais . . . . .	591

**§ 48.º A perda de metade do capital social**

230. Generalidades; as redações do artigo 35.º . . . . .	593
231. As explicações para as alterações sucessivas . . . . .	596
232. Aspectos críticos . . . . .	601
233. O Código Comercial . . . . .	602
234. Nota comparatística . . . . .	603
235. O Direito europeu . . . . .	605
236. A previsão vigente . . . . .	606
237. As consequências . . . . .	607

**SECÇÃO III – A PARTICIPAÇÃO NA VIDA SOCIETÁRIA****SUBSECÇÃO I – OS ACORDOS PARASSOCIAIS****§ 49.º Os acordos parassociais: categorias, Direito comparado e Direito da União Europeia**

238. Categorias básicas . . . . .	611
239. Nota comparatística . . . . .	613
240. Elementos de Direito da União; a proposta da 5.ª Diretriz . . . . .	621

**§ 50.º Os acordos parassociais no Direito português**

241. A experiência anterior ao Código das Sociedades Comerciais . . . . .	623
242. O Direito vigente; a apreciação crítica . . . . .	624
243. Modalidades; os sindicatos de voto; garantias . . . . .	626
244. A exclusão da administração e da fiscalização . . . . .	630
245. Outras restrições . . . . .	631
246. Os acordos parassociais na prática societária portuguesa . . . . .	632

**SUBSECÇÃO II – O DIREITO À INFORMAÇÃO****§ 51.º Dogmática geral do direito à informação**

247. A informação em Direito . . . . .	635
--	-----

248. Aspetos evolutivos e configuração nas leis sobre sociedades; ordenação . . . . .	639
249. Tipos de informação consoante o acesso; a informação pública . . . . .	641
250. A informação corrente; limites . . . . .	643
251. A informação qualificada e a informação secreta; balanço geral . . . . .	647

#### § 52.º O regime do direito à informação

252. As regras aplicáveis . . . . .	650
253. Natureza e abuso . . . . .	653
254. Garantia . . . . .	655
255. As informações profissionalizadas; a responsabilização . . . . .	657

### CAPÍTULO X – DELIBERAÇÕES SOCIAIS: EVOLUÇÃO E REGIME

#### § 53.º Noções básicas e evolução

256. Coordenadas dogmáticas . . . . .	659
257. Evolução geral . . . . .	660
258. O desenvolvimento da experiência portuguesa . . . . .	663

#### § 54.º Regime geral

259. Tipos de deliberações: primazia da deliberação em assembleia geral . . . . .	665
260. O processo deliberativo . . . . .	667
261. Deliberação por escrito e assembleias universais . . . . .	668

#### § 55.º A ata

262. Noção e conteúdo mínimo . . . . .	671
263. Forma solene e aprovação . . . . .	673
264. Função . . . . .	675
265. A natureza . . . . .	678

### SECÇÃO II – INVALIDADE E INEFICÁCIA

#### § 56.º Dogmática e evolução gerais da invalidade e da ineficácia

266. Conspecto básico . . . . .	681
267. A evolução geral . . . . .	683
268. Quadro das ineficácias . . . . .	684
269. O sistema do Código . . . . .	685
270. As deliberações ineficazes . . . . .	686

**SECÇÃO III – A NULIDADE****§ 57.º A nulidade por vícios de procedimento**

271. Generalidades; procedimento e substância . . . . .	689
272. Vícios de procedimento . . . . .	690
273. Consequências . . . . .	691

**§ 58.º A nulidade por vícios de substância**

274. Não-sujeição, por natureza, a deliberações de sócios . . . . .	693
275. Contrariedade aos bons costumes . . . . .	696
276. Conteúdo contrário a preceitos inderrogáveis . . . . .	700
277. A contrariedade indireta. . . . .	702
278. Consequências . . . . .	703

**SECÇÃO IV – A ANULABILIDADE****§ 59.º A anulabilidade por violação de lei (não geradora de nulidade)**

279. Generalidades; o vício de forma . . . . .	704
280. Vício de substância . . . . .	706
281. Violação dos estatutos; a modificação informal unânime . . . . .	708

**§ 60.º A anulabilidade por votos abusivos**

282. Conspecto e evolução . . . . .	709
283. A interpretação da lei. . . . .	712
284. A prática jurisprudencial . . . . .	714
285. A anulabilidade . . . . .	716

**§ 61.º A ação de anulação**

286. Generalidades; a legitimidade . . . . .	718
287. O prazo. . . . .	720

**SECÇÃO V – DISPOSIÇÕES COMUNS À NULIDADE  
E À ANULABILIDADE****§ 62.º Direito à ação e legitimidade**

288. Generalidades; legitimidade . . . . .	722
289. Apensação e iniciativa do órgão de fiscalização . . . . .	723

290. Ações abusivas . . . . .	724
-------------------------------	-----

**§ 63.º Eficácia do caso julgado**

291. Generalidades; eficácia interna . . . . .	725
292. A eficácia externa . . . . .	726

**§ 64.º A renovação de deliberações**

293. Generalidades; a deliberação nula . . . . .	728
294. A deliberação anulável . . . . .	729

**SECÇÃO VI – A SUSPENSÃO JUDICIAL DE DELIBERAÇÕES**

**§ 65.º A evolução da defesa cautelar em geral**

295. Até ao Código de Processo Civil de 1939 . . . . .	732
296. A reforma de 1961 . . . . .	735
297. A reforma de 1995/96; os requisitos . . . . .	736
298. A reforma de 2013 . . . . .	738

**§ 66.º A evolução do procedimento de suspensão de deliberações sociais**

299. Até ao Código de Processo Civil de 1939 . . . . .	739
300. O Código de Processo Civil de 1939 . . . . .	742
301. A reforma de 1961 . . . . .	744
302. As reformas de 1995 e de 2013 . . . . .	745

**§ 67.º O regime da suspensão das deliberações**

303. Requisitos substanciais . . . . .	747
304. Deliberações não-executadas . . . . .	748
305. <i>Summaria cognitio, periculum in mora</i> e ponderação de danos . . . . .	751
306. A pré-suspensão <i>ex citatione</i> e a inversão do contencioso . . . . .	751

**CAPÍTULO V – A ADMINISTRAÇÃO DAS SOCIEDADES**

**SECÇÃO I – ASPETOS GERAIS**

**§ 68.º Papel: gestão e representação**

307. A administração como cerne do Direito das sociedades . . . . .	753
---	-----

308. O problema dos interesses . . . . .	754
309. Ao serviço: dos sócios, da sociedade ou de terceiros? . . . . .	757
310. O poder de gestão . . . . .	758
311. O poder de representação. . . . .	761

## SECÇÃO II – OS DEVERES FUNDAMENTAIS DOS ADMINISTRADORES

### § 69.º O artigo 64.º

312. A redação atual . . . . .	763
313. As redações anteriores . . . . .	765
314. As componentes jurídico-científicas . . . . .	766

### § 70.º A diligência de um gestor criterioso

315. A origem da bitola de diligência . . . . .	768
316. O <i>business judgement rule</i> . . . . .	770
317. A transposição para o Direito português . . . . .	772
318. O Código das Sociedades Comerciais em 1986 e em 2006. . . . .	774

### § 71.º A atuação no interesse da sociedade

319. A origem da referência aos interesses . . . . .	776
320. A preparação e as vicissitudes da 5.ª Diretriz . . . . .	777
321. O sentido das referências europeias a “interesses” . . . . .	781
322. A transposição para o Código, em 1986 . . . . .	782
323. O sentido em 2006; crítica. . . . .	783

### § 72.º Os deveres de lealdade

324. Origem e evolução. . . . .	786
325. Atuações vedadas. . . . .	787
326. Condutas devidas; delimitação da diligência e do cuidado. . . . .	790
327. A transposição para o Direito português . . . . .	791

### § 73.º Os deveres de cuidado

328. A origem . . . . .	793
329. A transposição para a lei portuguesa . . . . .	794

### § 74.º Reconstrução do artigo 64.º

330. Os elementos disponíveis . . . . .	796
---	-----

331. Normas de conduta; a) Deveres de cuidado . . . . .	797
332. Segue; b) Deveres de lealdade e interesses a atender . . . . .	797
333. A bitola de diligência . . . . .	798

### SECÇÃO III – O GOVERNO DAS SOCIEDADES

#### § 75.º *Corporate governance*: origem e desenvolvimento

334. Aceções . . . . .	799
335. Origem e evolução . . . . .	801
336. Expansão mundial . . . . .	802

#### § 76.º *Corporate governance* em Portugal

337. As vias de penetração . . . . .	806
338. A projecção na reforma de 2006 . . . . .	808
339. Balanço e perspectivas . . . . .	809

### SECÇÃO IV – A SITUAÇÃO JURÍDICA DOS ADMINISTRADORES

#### § 77.º Os administradores no Direito comparado

340. Generalidades . . . . .	812
341. As orientações contratuais; o apelo ao mandato . . . . .	813
342. Críticas; o contrato de administração . . . . .	814
343. As orientações unilaterais . . . . .	818
344. As construções analíticas: <i>Bestellung</i> e <i>Anstellung</i> . . . . .	820
345. Valores laborais . . . . .	824

#### § 78.º Os administradores no Direito português

346. Inadequação do contratualismo puro . . . . .	834
347. A administração como estado (“status”) . . . . .	836
348. Os direitos dos administradores; a remuneração; a moderação . . . . .	837
349. Os deveres dos administradores; quadro geral . . . . .	844

#### § 79.º A constituição e o termo da situação de administrador

350. A constituição . . . . .	846
351. O termo . . . . .	852
352. A livre destituibilidade e a exigência de justa causa . . . . .	856
353. A indemnização . . . . .	861



## CAPÍTULO VI – A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

### § 80.º Direito comparado

354.	Generalidades; o modelo francês. . . . .	867
355.	O modelo alemão. . . . .	869
356.	O modelo italiano . . . . .	871

### § 81.º A responsabilidade dos administradores na experiência portuguesa

357.	Antecedentes e evolução . . . . .	873
358.	O Código das Sociedades Comerciais; conspecto geral . . . . .	879
359.	Responsabilidade por declarações prestadas com vista à constituição da sociedade. . . . .	883
360.	Outras hipóteses; feição geral do sistema de responsabilidade . . . . .	885

### § 82.º A responsabilidade para com a sociedade

361.	Responsabilidade obrigacional . . . . .	887
362.	O problema da atuação informada, isenta e racional. . . . .	889
363.	Responsabilidade aquiliana . . . . .	892
364.	Violação de deveres de cuidado; os deveres incompletos . . . . .	893
365.	Violação de deveres de lealdade . . . . .	895
366.	Ações sociais . . . . .	897

### § 83.º A responsabilidade para com os credores, os sócios e os terceiros; síntese

367.	A responsabilidade para com os credores . . . . .	900
368.	Responsabilidade para com os sócios e terceiros . . . . .	902
369.	Breve síntese . . . . .	904

## CAPÍTULO VII – A FISCALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

### § 84.º A fiscalização em Direito

370.	Aspetos gerais . . . . .	907
371.	A fiscalização no Direito privado . . . . .	908
372.	A fiscalização nas sociedades civis puras . . . . .	910

### § 85.º A fiscalização nas sociedades comerciais

373.	Evolução geral . . . . .	912
------	--------------------------	-----

374. Fiscalização orgânica: reformas e sistemas em Portugal . . . . .	914
375. Outras vias de fiscalização . . . . .	917
376. A substância da fiscalização; a <i>compliance</i> . . . . .	919

## CAPÍTULO VIII – A PRESTAÇÃO DE CONTAS

### § 86.º Introdução e evolução

377. Introdução . . . . .	923
378. Das origens à Antiguidade . . . . .	925
379. O Mundo Moderno . . . . .	928
380. As codificações . . . . .	930
381. A experiência anglo-saxónica . . . . .	932
382. A dualidade de modelos . . . . .	935

### § 87.º Regras internacionais e europeias

383. Aspectos gerais; as IAS . . . . .	936
384. Os IFRS . . . . .	938
385. As fontes europeias . . . . .	938
386. A receção das IAS/IFRS: as NIC . . . . .	941
387. A comparação entre as NIC e os GAAP . . . . .	942

### § 88.º A experiência portuguesa e a sua evolução

388. Das origens ao Marquês de Pombal . . . . .	944
389. A contabilidade moderna e as reformas do Marquês . . . . .	945
390. As leis de comércio liberais . . . . .	946
391. O Código Comercial de 1888 . . . . .	948

### § 89.º O Direito das contas vigente

392. As funções das contas . . . . .	951
393. A exteriorização das contas . . . . .	952
394. A reforma das sociedades de 2006; o fim da escrituração comercial . . . . .	953
395. Balanço e prestação de contas . . . . .	955
396. A adoção nacional das NIC . . . . .	957
397. Aspectos relacionados com a aplicação das NIC . . . . .	959
398. A reforma de 2006; a viragem para o Direito das sociedades . . . . .	961
399. O Sistema de Normalização Contabilística . . . . .	961

### § 90.º Princípios e Direito da prestação de contas

400. Princípios da prestação de contas . . . . .	965
--	-----

401. Sistema de fontes e BADF. . . . .	966
402. Áreas normativas. . . . .	967
403. Cruzamentos horizontais e verticais . . . . .	967
404. Escassez e diversidade científicas . . . . .	968
405. A construção dogmática. . . . .	968
406. Especificidades na interpretação e na aplicação . . . . .	969
407. Multidisciplinariedade. . . . .	970

#### § 91.º O processo de prestação de contas

408. Generalidades . . . . .	971
409. O dever de relatar a gestão e de apresentar contas . . . . .	972
410. A apresentação das contas e a sua falta . . . . .	976
411. Falta de aprovação e recusa de aprovação. . . . .	979
412. Regime especial de invalidade das deliberações. . . . .	980
413. Publicidade . . . . .	981
414. A informação empresarial simplificada (IES) . . . . .	982

### CAPÍTULO IX – A MODIFICAÇÃO DAS SOCIEDADES

#### § 92.º Generalidade e evolução geral

415. Necessidades jurídicas e evolução. . . . .	985
416. Evolução em Portugal . . . . .	987
417. Alterações legislativas . . . . .	989

#### § 93.º Direito europeu

418. Generalidades . . . . .	991
419. A preparação das 3.ª e 6.ª Diretrizes (fusões e cisões). . . . .	992
420. A preparação da 10.ª Diretriz (fusões internacionais) . . . . .	994
421. Sistema geral da 3.ª Diretriz . . . . .	996
422. O processo de fusão. . . . .	999
423. Sistema geral da 6.ª Diretriz; modalidades de cisão . . . . .	1002
424. O processo de cisão-fusão. . . . .	1005
425. Cisão-dissolução, cisões judiciais e outros aspetos . . . . .	1006
426. Sistema geral da 10.ª Diretriz . . . . .	1007
427. A Diretriz 2017/1132, de 14 de junho (codificação) . . . . .	1008

#### § 94.º As alterações do contrato

428. Alterações em geral . . . . .	1009
429. Aumento do capital . . . . .	1010
430. A redução do capital . . . . .	1011

### § 95.º A fusão de sociedades

431. Problemática e evolução . . . . .	1013
432. A experiência portuguesa. . . . .	1015
433. Processo . . . . .	1016
434. As fusões transfronteiriças. . . . .	1017
435. Natureza; o <i>statuo viae</i> . . . . .	1019

### § 96.º A cisão de sociedades

436. Generalidades . . . . .	1024
437. O processo . . . . .	1025
438. Natureza. . . . .	1026

### § 97.º A transformação de sociedades

439. Noção, modalidades e papel . . . . .	1027
440. Impedimentos, processo e tutela dos sócios . . . . .	1028

## CAPÍTULO X – A DISSOLUÇÃO E A LIQUIDAÇÃO DAS SOCIEDADES

### § 98.º A dissolução

441. Problemática geral; reforma de 2006. . . . .	1031
442. Casos de dissolução. . . . .	1032
443. Aspetos processuais; o regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais . . . . .	1033

### § 99.º A liquidação

444. Aspetos básicos . . . . .	1037
445. Processo . . . . .	1038
446. Liquidação, partilha e eventualidades subsequentes . . . . .	1040
447. Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais . . . . .	1041

<b>Índice de jurisprudência . . . . .</b>	<b>1043</b>
---	-------------

<b>Índice bibliográfico . . . . .</b>	<b>1059</b>
---------------------------------------	-------------

<b>Índice ideográfico . . . . .</b>	<b>1129</b>
-------------------------------------	-------------